



Editorial¹

Roberta Avila Pereira²

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5360-5148>

Maria Eduarda dos Santos de Sá da Silva³

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0009-0004-8527-6141>

Marta Bonow Rodrigues⁴

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3980-9988>

Ao encerrarmos mais um ano de publicações na Ambiente & Educação, reforçamos nosso compromisso com a produção de um campo científico pautado na pluralidade epistemológica e na ética universal (Freire, 1996). Cada artigo publicado reforça a urgência de pensar, ensinar e agir de forma integrada, crítica e transformadora, evidenciando como saberes diversos podem dialogar na busca pela superação das injustiças socioambientais.

Nesta última edição, de nº 4 do volume 30, além dos artigos que compõem nosso fluxo contínuo, apresentamos o Dossiê **Ecopedagogia em diálogos temáticos e**

¹ Supervisionado pela editora-chefe Alana das Neves Pedruzzi.

² Doutoranda em Educação Ambiental e Mestra em Educação Ambiental (FURG). Graduada em Pedagogia (FURG). É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes (GEPHEA/UFNT) e do Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes (GEFE/FURG). E-mail: robertapereira108@gmail.com

³ Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). E-mail: sduda213@gmail.com

⁴ Arqueóloga, Doutora em Educação Ambiental (FURG), Mestra em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia (UFPel) e Bacharela em Antropologia – Linha de Formação em Arqueologia pela mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Populações Costeiras e Saberes Contra-Hegemônicos (NECO) e do Grupo de Estudos em Filosofias Emergentes (GEFE), ambos da FURG. E-mail: martabonow@gmail.com

epistemológicos, organizado pelos professores Dr. Ivo Dickmann (Unochapecó – Brasil) e Dra. Ana Maria de Oliveira Pereira (UFFS – Brasil). Segundo os organizadores, este dossiê sobre Ecopedagogia tem como objetivo revelar os fundamentos dessa abordagem pedagógica crítica, fortalecendo seu caráter teórico e metodológico por meio de diálogos interdisciplinares, assim contribuindo para a compreensão e intervenção educativa frente às urgências socioambientais globais.

No que se refere aos artigos de nosso fluxo, são textos que analisam diferentes práticas e experiências de Educação Ambiental, desde associações de catadores e atividades experimentais no Ensino Médio até escolas agrícolas e espaços urbanos, destacando a articulação entre conhecimento científico, saberes locais e engajamento social. Em comum, eles apontam o papel transformador da Educação Ambiental na formação de sujeitos críticos, na promoção da sustentabilidade e na conscientização sobre a importância da pauta socioambiental.

Com relação ao dossiê apresentado, compreendemos que ele reúne pesquisas que tomam a Ecopedagogia como horizonte crítico para pensar as relações entre educação, sociedade e ambiente, a partir de múltiplos recortes teóricos e empíricos. Os textos que o compõem expressam um movimento coletivo de investigação que vem se consolidando por meio de diálogos interinstitucionais e interdisciplinares, especialmente articulados no âmbito do Grupo de Pesquisa Palavração. Ao longo dos artigos, você, leitor ou leitora, encontrará reflexões que aprofundam fundamentos, problematizam conceitos e evidenciam a Ecopedagogia como uma proposta pedagógica que ultrapassa os limites do espaço escolar, afirmando-se também como uma leitura crítica do mundo e das condições históricas de produção da vida.

Mais do que apresentar resultados pontuais, o dossiê convida à compreensão da Ecopedagogia como um campo em construção, marcado pela diversidade temática e pela aposta na práxis como princípio formativo. Os textos dialogam com a tradição freiriana, com epistemologias críticas e com leituras decoloniais, tensionando compreensões naturalizadas sobre ambiente e educação. Assim, o conjunto de artigos oferece aos leitores e leitoras não apenas um panorama das pesquisas em curso, mas também provoca o debate sobre os sentidos políticos e pedagógicos da formação humana em tempos de crise socioambiental profunda.

A leitura deste dossiê se insere, portanto, no contexto mais amplo dos desafios enfrentados pela Educação Ambiental contemporânea no Brasil. Em um cenário

marcado pelo avanço do neoliberalismo, pela intensificação das desigualdades sociais e pelo agravamento das injustiças ambientais, a Educação Ambiental tem sido constantemente disputada em seus sentidos. De um lado, proliferam abordagens tecnicistas, comportamentais e despolitizadas; de outro, resistem e se fortalecem perspectivas críticas que compreendem a crise ambiental como inseparável das relações de exploração, dominação e colonialidade que estruturam a sociedade brasileira.

Nesse campo de disputas, a Educação Ambiental crítica reafirma seu compromisso com a leitura histórica e social dos problemas ambientais, recusando reduções que individualizam responsabilidades ou neutralizam conflitos. Trata-se de uma Educação Ambiental que reconhece o ambiente como território de vida, de trabalho, de cultura e de luta, e que se constrói a partir das experiências concretas das populações historicamente marginalizadas. Essa perspectiva desloca o foco das soluções fáceis e consensuais para o enfrentamento das contradições estruturais que produzem a degradação ambiental e a exclusão social.

É nesse horizonte que este dossiê se apresenta como um convite à leitura atenta e ao diálogo crítico. Os artigos que compõem o fluxo da revista contribuem para fortalecer uma Educação Ambiental comprometida com a transformação social, com a justiça socioambiental e com a defesa da vida em sua integralidade. Ao articular Ecopedagogia, educação crítica e pensamento decolonial, o dossiê reafirma a educação como espaço de resistência, criação e esperança, convocando leitores e leitoras a pensar, junto com os autores, caminhos possíveis para reinventar a relação entre humanidade e mundo.

A partir dessas reflexões, apresentamos, a seguir, os resumos dos textos que compõem a última edição de 2025 da revista *Ambiente & Educação*, reunindo contribuições diversas que tensionam e ampliam os debates no campo ambiental.

Salientamos que a capa da edição é de autoria de Letícia Maciel Nörnberg, com imagem criada a partir de Inteligência Artificial pela Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Pereira, proponente e organizadora do Dossiê⁵.

⁵ Imagem criada pelo chat Cpt, com esse prompt: imagem de um adulto e uma criança caminhando de costas por uma estrada com bifurcação, que leve para dois caminhos, com poucas árvores. Elaborada em 16.01.2026

DOSSIÊ ECOPEDAGOGIA EM DIÁLOGOS TEMÁTICOS E EPISTEMOLÓGICOS

Como abertura para o dossiê temos o ensaio de apresentação “**Ensaio sobre (RE)fundamentação da Ecopedagogia: Oikos, Physis e Paideia**”, de Ana Maria de Oliveira Pereira e Ivo Dickmann. Nele os autores discutem a Ecopedagogia como um campo de pesquisa em constituição. O texto parte da pergunta sobre como reinventá-la hoje, a partir das noções de *oikos* e *paidéia*, visando sua (re)fundamentação teórica. A reflexão se baseia em círculos epistemológicos de cultura e encontros dialógicos no grupo Palavração. Os autores propõem uma síntese dialética entre Filosofia, Biologia, práxis educativa e Ecopedagogia. Por fim, apontam caminhos para consolidar esse campo de pesquisa decolonial, comprometido com o equilíbrio entre sociedade e natureza e a continuidade da vida no planeta.

A relação entre Ecopedagogia e saberes indígenas amazônicos é discutida no artigo “**Ecopedagogia e Povos Indígenas da Amazônia: Cosmovisões e Saberes Ancestrais como Práxis de Sustentabilidade**”. O estudo compreende a crise ambiental contemporânea como uma crise epistêmica gerada pela racionalidade moderna, que fragmenta as relações entre sociedade e natureza. A partir da interculturalidade crítica e das epistemologias do Sul, Douglas Aparecido Bueno, Amauri Napakobá Suruí e Luana Gathi Ká Sebirop Rodrigues da Silva Gavião denunciam o epistemicídio e defendem a justiça cognitiva. As cosmovisões indígenas, que reconhecem a terra como sujeito de direitos, são apresentadas como aportes centrais para uma ecopedagogia decolonial. O texto aponta que a valorização desses saberes contribui para a formação de sujeitos ecológicos e para a construção de futuros sustentáveis.

Com o propósito de mapear ressonâncias e linhas de força entre diferentes perspectivas educacionais, o texto “**Princípios da Ecopedagogia e da Ambientalização Curricular: Cartografias para sustentabilidade**” analisa aproximações entre a Ecopedagogia e a Ambientalização Curricular. Ariél Philippi Machado, Neila Schulz Reiser e Rudolf von Sinner evitam comparações hierarquizantes e destacam convergências na defesa da cultura da sustentabilidade, da ética integral e da justiça socioambiental. O estudo evidencia que, enquanto a Ecopedagogia enfatiza uma visão planetária da educação, a Ambientalização Curricular propõe a integração transversal das questões ambientais no currículo. Ambas as abordagens compartilham o compromisso com a formação de sujeitos críticos. O trabalho ressalta a centralidade de

práticas pedagógicas interdisciplinares e colaborativas frente aos desafios socioambientais contemporâneos.

O autor Hendrix Silveira discute, no texto **“A rua, a praia e a mata como espaços sagrados: ecopedagogia, afroteologia e natureza”**, a articulação entre Ecopedagogia e Afroteologia a partir das tradições religiosas de matriz africana. O foco do trabalho recai sobre a compreensão da rua, da praia e da mata como territórios sagrados, nos quais se estabelecem relações éticas, espirituais e educativas com a natureza. A partir de uma abordagem teórico-crítica, o autor dialoga com a produção brasileira em ecopedagogia, educação ambiental crítica e afroteologia. As práticas religiosas afro-brasileiras são apresentadas como portadoras de saberes ancestrais e de formas próprias de cuidado ambiental. O estudo evidencia que essas experiências produzem pedagogias implícitas e epistemologias convergentes com os fundamentos ecopedagógicos, contribuindo para o fortalecimento da educação ambiental crítica.

Ângelo Rodrigues de Carvalho analisa as aproximações entre Ecopedagogia e Educação do Campo como caminhos para a construção de outra sociabilidade possível. No texto **“Ecopedagogia e Educação do Campo: diálogos e caminhos por uma outra sociedade possível”**, a Ecopedagogia é compreendida como prática educativa crítica e emancipadora, capaz de fortalecer processos formativos no campo. A reflexão enfatiza o diálogo entre saberes locais, consciência ambiental e transformação social. Com abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, o autor dialoga com referências como Gadotti, Freire e Arroyo. O estudo aponta a integração de princípios ecopedagógicos às práticas pedagógicas camponesas como estratégia para fortalecer a cidadania ecológica. Conclui-se que tais práticas favorecem a formação de sujeitos críticos comprometidos com a sustentabilidade e a justiça social.

No trabalho **“Educação e Formação Humana no Antropoceno: um diálogo intercultural entre os paradigmas da ecoformação, da ecopedagogia e do bem viver”** é analisado os desafios da formação humana no contexto da crise socioambiental contemporânea. Catia Elaine Alves Constante e Carlos Renato Carola discutem os fundamentos epistemológicos da Ecoformação, da Ecopedagogia e do Bem Viver a partir de uma perspectiva intercultural. O texto examina as origens europeias, latino-americanas e indígenas desses paradigmas e suas contribuições para a reconexão entre humanidade e natureza. A reflexão situa o Antropoceno como cenário crítico para repensar os processos educativos. O estudo destaca o sul global como espaço central de

produção de saberes e aponta a possibilidade de uma aliança intercultural capaz de sustentar novos modos de viver em relação com a Pachamama.

Com foco na formação docente e nas práticas educativas fora da sala de aula, o artigo **“Ecopedagogia e Unidades de Conservação: potencialidades para práticas educativas sob a perspectiva de docente da Educação Básica”**, de Alanza Zanini, Marcelo Borges Rocha e Amanda Pimentel Berk de Queiroz, analisa as Unidades de Conservação como espaços pedagógicos estratégicos. O estudo apresenta resultados de um curso de extensão com professores da Educação Básica, investigados por meio de abordagem qualitativa e grupo focal. As análises indicam que as UC são reconhecidas como ambientes favoráveis a aprendizagens significativas e à articulação entre teoria e prática. Destacam-se o fortalecimento da Educação Ambiental crítica e o estímulo ao pertencimento ecológico. O trabalho aponta, contudo, que a consolidação dessas práticas depende de políticas públicas que assegurem acesso e condições estruturais adequadas.

Yayenca Yllas, Lourdes Fernandez Quintas e Marcelo Borges Rocha apresentam, no texto **“Espaço Coletivo de Observação (ECO): ciclos de idealização e construção de um território ecopedagógico”**, a experiência de criação coletiva do ECO em uma instituição de Educação Infantil. Desenvolvido por meio da pesquisa-ação, o espaço é concebido como um território ecopedagógico que articula currículo, práticas agroecológicas e ações de cuidado. A iniciativa envolve docentes, crianças, equipe gestora, colaboradores e pesquisadores em um processo dialógico e cooperativo. O estudo evidencia a consolidação do ECO como ambiente interdisciplinar, sensível à vida e ao pertencimento. Conclui-se que a ecopedagogia, quando integrada ao cotidiano escolar e apoiada por políticas públicas, fortalece a escola como espaço de cidadania planetária e transformação social.

No texto **“Ecopedagogia das cheias: saberes construídos e a reinvenção da convivência pantaneira em diálogo com o construcionismo social”**, George Moraes De Luiz analisa os modos de convivência construídos no Pantanal a partir dos ciclos anuais de cheias, tomando como foco a ecopedagogia presente nos saberes locais. O autor em seu artigo articula a Ecopedagogia e o Construcionismo Social para compreender práticas de previsão, adaptação e leitura do território. Com base em entrevistas e diários de campo, o estudo evidencia conhecimentos sofisticados sustentados por sinais naturais e tecnológicos. O trabalho aponta que intervenções

socioambientais, como diques e grandes empreendimentos, provocaram rupturas nesses saberes e nas identidades locais. Conclui-se que esse contexto impõe a necessidade de reinvenção da convivência pantaneira e da própria prática ecopedagógica.

Já no artigo **“Práticas educativas ambientais na abordagem da Ecopedagogia: uma análise do Projeto Reino da Vida Sustentável”**, Carla Renata Santos, Silmara Alessi Guebur Roehrig e Josmaria Lopes de Moraes analisam uma experiência pedagógica realizada com estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental. O estudo examina o projeto “Reino da Vida Sustentável”, fundamentado na Ecopedagogia e na pedagogia problematizadora de Paulo Freire, voltado à aprendizagem crítica sobre questões ambientais. Com abordagem qualitativa e exploratória, são identificados desafios ligados à interdisciplinaridade e às rotinas escolares. Os resultados evidenciam a presença de princípios ecopedagógicos como interdependência, ética da responsabilidade e sustentabilidade integral. Destaca-se o maior engajamento dos estudantes e o fortalecimento do vínculo com o território.

A partir da experiência com jogos didáticos, Alex Reblim Braun e Leonardo Bis dos Santos apresentam o trabalho **“O jogo Missão da Ecopedagogia: da naturalização da exploração pelo lúdico à emergência de uma Ecopedagogia do cuidado”**. O estudo analisa a concepção e a aplicação de um jogo de tabuleiro que propõe uma inversão da lógica competitiva e exploratória, privilegiando cooperação e restauração ambiental. Desenvolvida com estudantes em um encontro formativo sobre Ecopedagogia, a experiência adotou abordagem qualitativa e descritiva, com uso de questionário on-line. Os resultados indicam que o jogo favoreceu a compreensão dos limites planetários e o cuidado coletivo. O texto destaca o potencial do lúdico como prática pedagógica crítica, dialógica e comprometida com a sustentabilidade.

O texto **“A formação de valores ecológicos na infância: um diálogo entre ecopedagogia e psicologia cultura”**, de Keila Rossana Chaves Costa Toledo e Angela Uchoa Branco discute os resultados de um projeto piloto desenvolvido em uma escola pública do Distrito Federal. O trabalho analisa como práticas pedagógicas lúdicas e dialógicas podem contribuir para a formação de valores ecológicos em crianças do Ensino Fundamental I. A partir do diálogo entre a Ecopedagogia e a Psicologia Cultural, são apresentadas atividades como interpretação de imagens, rodas de conversa e produção de brinquedos com materiais recicláveis. O estudo evidencia a emergência de sentimentos de empatia, indignação e responsabilidade ecológica. Os resultados

apontam para a coconstrução de significados éticos sobre a relação entre ser humano e natureza no contexto escolar.

Os autores Maria Cristina Barbosa Mendes, Ruth Maria Mariani Braz e Sérgio Crespo Coelho da Silva Pinto discutem as aproximações entre Ecopedagogia e educação inclusiva no texto **“Ecopedagogia e pessoas com deficiência: panorama do ensino inclusivo”**. O trabalho analisa a Ecopedagogia como uma proposta político-pedagógica comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e com práticas educativas anticapacitistas. A partir de um levantamento realizado em bases de dados científicas, com foco em produções dos últimos vinte anos, o estudo evidencia a escassez de pesquisas que articulem ecopedagogia e deficiência no campo do ensino. Os resultados apontam para um campo acadêmico ainda pouco explorado. O texto destaca a importância de revisitar as obras centrais da Ecopedagogia e de ampliar investigações que articulem deficiência, cuidado, autonomia e participação nos processos educativos.

Voltado à relação entre educação, território e alimentação, o estudo **“Agroecologia e Ecopedagogia na Construção de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis em Macaé-RJ”**, de Cinara Costa de Oliveira, Taís Exposito Filgueiras e Rafael Nogueira Costa, articula Ecopedagogia e Agroecologia como fundamentos de práticas educativas transformadoras. A partir de uma abordagem inter e transdisciplinar, o texto analisa experiências desenvolvidas em territórios da Bacia Hidrográfica de Macaé, integrando terra, água e saúde coletiva. A educação é compreendida como leitura crítica da realidade e como mediação para a valorização de saberes locais. O trabalho destaca o papel das políticas públicas, como o PNAE e as feiras agroecológicas, no fortalecimento da agricultura familiar. Conclui que uma ecopedagogia territorializada tensiona modelos produtivos hegemônicos e impulsiona a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Ananda Nasai Machado de Oliveira e Suelen Bomfim Nobre analisam as convergências entre Ecopedagogia e a Teoria da Complexidade de Edgar Morin no texto **“Ecopedagogia e Teoria da Complexidade Moriniana: articulações para um paradigma educacional frente às emergências socioambientais”**. O estudo, de caráter teórico-reflexivo e fundamentado em análise bibliográfica crítica, discute como essa articulação contribui para enfrentar desafios socioambientais que tensionam modelos educacionais tradicionais. A Ecopedagogia é compreendida como promotora da cidadania planetária e da ética do cuidado, enquanto a Complexidade oferece bases

para lidar com incertezas e superar visões lineares. As autoras identificam princípios orientadores de uma práxis ecopedagógica complexa, como a multidimensionalidade dos fenômenos, a ecologia de saberes e a centralidade ético-política da formação docente.

No texto **“Metodologias pedagógicas ativas e Ecopedagogia: interfaces entre o Desenho Universal para a Aprendizagem e o ambiente escolar inclusivo”**, Juliana Christiny Mello da Silva, Paula de Castro Brasil e Sylvia Meimaridou Rola investigam a integração entre metodologias pedagógicas ativas e Ecopedagogia no contexto da educação inclusiva. O estudo analisa desafios no ensino de estudantes com TDAH e TEA, articulando Ecopedagogia e o Desenho Universal para a Aprendizagem. A pesquisa, baseada em revisões bibliográficas sistemáticas, examina convergências entre abordagens interacionista, Reggio Emilia, montessoriana, DUA e Atendimento Educacional Especializado. Os resultados evidenciam que ambiente e metodologia influenciam o engajamento e o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, mostrando que metodologias ativas sob perspectiva ecopedagógica promovem práticas inclusivas, éticas e ambientalmente conscientes.

Tamiris Batista Diniz e Guilherme Preato Guimarães analisam a aplicação da Ecopedagogia na Educação Profissional e Tecnológica no texto **“Ecopedagogia e Interdisciplinaridade: práticas formativas na Educação Profissional” e Tecnológica do CEFET-RJ**. O estudo foca na disciplina Ambiente e Tecnologias, ofertada no Ensino Médio Integrado, discutindo a Ecopedagogia como ferramenta para enfrentar a crise socioambiental contemporânea. Com abordagem qualitativa, baseada em análise documental e registro de experiências didáticas, o trabalho evidencia que a integração entre Geografia e Biologia promove compreensão sistêmica das questões ambientais. Os resultados apontam que a Ecopedagogia favorece uma formação crítica e omnilateral, articulando teoria, prática pedagógica e diálogo entre saberes, alinhada aos princípios da educação politécnica.

“A ecopedagogia no contexto da ebulição global: contribuições para a sustentabilidade integrada” discute as múltiplas crises contemporâneas – ambientais, sociais, econômicas, políticas, culturais e éticas – e o papel do modelo capitalista em aprofundá-las. Dirceu Benincá evidencia a necessidade de uma sustentabilidade pluridimensional, concebida como escolha política, pedagógica e prática, coletiva e contínua. O texto reforça a importância de uma ecopedagogia crítica como elemento

central para a construção de processos civilizatórios mais responsáveis e sustentáveis diante dos desafios da realidade planetária atual.

O texto **“Ecopedagogia: caminhos para a formação de sujeitos ecológicos e cidadania planetária”**, de Vitória Regina Casagrande Viel, Louisa Carla Farina Schröter e Sandra Lilian Silveira Grohe, analisa criticamente o crescente afastamento entre seres humanos e natureza e seus impactos na educação. As autoras destacam que urbanização, tecnificação da vida e crises socioambientais fragilizam os vínculos ecológicos, afetando a formação de crianças e jovens. Nesse contexto, a Ecopedagogia é apresentada como caminho ético, político e pedagógico para reconectar educação, vida, territórios e sustentabilidade. Fundamentada em Freire, Carta da Terra, Gadotti, Gutiérrez e Ailton Krenak, enfatiza a constituição do sujeito ecológico orientado por cuidado, interdependência e cidadania planetária, defendendo práticas educativas inovadoras que integrem saberes científicos, populares e tradicionais.

Patricia de Oliveira Plácido e Edileuza Dias de Queiroz, no artigo **“Geografia das existências, resistências e Ecopedagogia: as vulnerabilidades dos pescadores e catadores de caranguejos na Baía de Guanabara e Sepetiba, Baixada Fluminense/RJ, Brasil”**, discutem o histórico de lutas e a organização coletiva dos pescadores artesanais. O estudo foca na intensificação de atividades industriais — portos, siderúrgicas e exploração de petróleo e gás — que impactam diretamente a pesca e transformam as baías em zonas de conflito socioambiental. Utilizando entrevistas e oficinas de rodas de conversa, as autoras evidenciam como a Ecopedagogia permite compreender as narrativas dos trabalhadores, sua resistência cultural e a apropriação desigual do território, reforçando a defesa de direitos, identidade e modos de vida tradicionais frente ao modelo desenvolvimentista.

No artigo **“Ecopedagogia e formação de professores: desafios e oportunidades”**, Fernanda Patrícia Schoeninger, Ivo Dickmann e Anelize Queiroz Amaral analisam o papel da formação docente frente à urgência de uma Educação para a Sustentabilidade. Com base em pesquisa qualitativa exploratória, fundamentada na teoria da complexidade de Edgar Morin e na análise de conteúdo de Bardin, o estudo evidencia como a Ecopedagogia articula dimensões sociais, econômicas, políticas e ecológicas, promovendo a planetaridade e superando visões fragmentadas da realidade. O trabalho destaca que compreender a Terra como uma comunidade viva possibilita integrar perspectivas éticas e ecológicas na formação de professores, apontando

caminhos para práticas educativas comprometidas com a cidadania planetária, a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

ARTIGOS

Iniciamos essa seção com o artigo **“Educação Ambiental e Resíduos Sólidos: o saber ecológico na consolidação das associações de catadores como espaços educadores”**, onde José Augusto de Araújo Pires da Luz e Bruno Capilé analisam as práticas de Educação Ambiental desenvolvidas pela ASCCOR, em Colatina/ES. O estudo dialoga com as quatro tipologias de EA previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Por meio de uma análise netnográfica das ações da associação no Instagram, os autores evidenciam a ampliação da EA para dimensões sociais, econômicas e culturais. Os resultados destacam o protagonismo da ASCCOR como agente e espaço educador, superando abordagens meramente pragmáticas no tratamento dos resíduos sólidos.

No texto **“Química, Resíduos Sólidos e ODS/ONU nº 12: atividades práticas experimentais no Ensino Médio”**, Fábio Luiz Seribeli apresenta uma proposta de Atividades Práticas Experimentais de Química voltadas ao tema dos resíduos sólidos no Ensino Médio. A pesquisa envolveu estudantes do IFSP e a comunidade externa, desde a problematização inicial até a execução das atividades. Professores da educação básica avaliaram o potencial das APE para estimular reflexões críticas e a tomada de decisões sustentáveis. O estudo destaca a centralidade do protagonismo discente e da experimentação no ensino de Ciências. Os resultados indicam contribuição metodológica relevante para o trabalho com o ODS 12 e para a sensibilização ambiental no contexto escolar.

Simone de Sousa Viana e Dayana Melo Torres analisam, no estudo **“Percepções e práticas de Educação Ambiental em uma escola de ensino médio, Fortaleza – Ceará”**, como a Educação Ambiental é compreendida e desenvolvida em uma escola pública de ensino médio. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caracterizada como estudo de caso, investigou percepções da comunidade escolar por meio de revisão bibliográfica, análise documental, observação participante e formulário on-line. Os resultados indicam a existência de ações ambientais pontuais, mas pouco sistematizadas no currículo. Fatores como fragmentação curricular, ausência de diretrizes claras e

impactos da pandemia influenciam essa realidade. O trabalho aponta a necessidade de maior integração e intencionalidade pedagógica para consolidar práticas contínuas de Educação Ambiental.

Ao analisar **“A importância de uma escola agrícola no fortalecimento da Agroecologia em Cabo Frio – Rio de Janeiro”**, Flávia Targa Martins, Carlos José Saldanha Machado e Rodrigo Machado Vilani discutem a articulação entre Agroecologia e Educação do Campo na formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade e a justiça social. O estudo investiga o papel de uma escola agrícola de Cabo Frio/RJ na formação agroecológica e na permanência dos jovens no meio rural. Com base em métodos variados, como análise documental, observação participante e entrevistas, a pesquisa abrange o período de 2012 a 2024. Os resultados indicam o compromisso institucional com a Agroecologia, mas revelam um processo de descaracterização da escola enquanto escola do campo. Tal situação tem limitado sua contribuição para a fixação da juventude nas áreas rurais.

Valdenio Mendes de Souza, Edvânia Antunes da Silva e José Adércio Leite Sampaio analisam a relação entre Educação Ambiental e mudanças climáticas no contexto sul-americano. No artigo **“Educação Ambiental e mudanças climáticas na América do Sul: impactos e fatores influenciadores”**, o estudo considera a diversidade geográfica, climática e socioeconômica da região como elemento central para compreender a conscientização e os impactos ambientais vivenciados pelas comunidades. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, examina o aumento das temperaturas, alterações nos regimes de precipitação e a intensificação de eventos climáticos extremos. Os resultados indicam a influência direta de políticas públicas, atividades econômicas, urbanização e pressão demográfica. O texto destaca a urgência de estratégias integradas que fortaleçam a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, promovendo a resiliência socioambiental.

No artigo **“Crise climática e educação ambiental: a defesa dos direitos da personalidade na Lei nº 14.926/2024”**, Welington Junior Jorge Manzato, Marcelo Negri Soares e Luiz Fernando de Andrade Vidoto analisam a articulação entre crise climática, Educação Ambiental e proteção dos direitos da personalidade. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, com método dedutivo, os autores examinam o papel da EA como instrumento jurídico-pedagógico no enfrentamento dos impactos climáticos. O estudo destaca a relevância da Lei nº 14.926/2024 como marco normativo

para a proteção das gerações presentes e futuras. Contudo, aponta que sua efetivação depende de formação docente, ajustes curriculares e maior sensibilização social. Assim, a educação é compreendida como elemento central para a concretização desses direitos.

Tomando a Alameda Sandra Alvim como foco, o artigo **“A Alameda Sandra Alvim como objeto de estudo da educação ambiental: análise socioambiental do bairro do Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, RJ, Brasil”**, de Ighor Vasques Guedes e Michael Alvim Milward-de-Azevedo, investiga a arborização urbana como elemento central da qualidade ambiental. A pesquisa realiza uma análise socioambiental da área, situada em antigo território de restinga e zona de amortecimento do Parque Natural Municipal Chico Mendes. Por meio de questionários, expedições científicas e levantamento florístico com apoio do aplicativo PlantNet, os autores identificam predomínio de espécies exóticas. Os resultados revelam desconhecimento da população sobre o papel ecológico da Alameda como corredor ecológico. O estudo conclui que projetos de arborização urbana devem ser planejados com base científica e articulados à educação ambiental.

“Environmental education for fire prevention in the world: A literature review” analisa como a Educação Ambiental tem incorporado a temática do fogo na educação básica em âmbito mundial. O estudo, desenvolvido por Alex Mota dos Santos, Carlos Fabricio Assunção da Silva e Elaine Barbosa da Silva, combina análise bibliométrica e revisão sistemática com apoio de Inteligência Artificial, a partir das bases Scopus e Web of Science. Os dados indicam crescimento contínuo das publicações em Educação Ambiental, com centralidade em temas como mudanças climáticas, biodiversidade e resíduos. Entretanto, apenas uma parcela ínfima dos estudos aborda a educação voltada à prevenção de incêndios. Os resultados evidenciam a marginalidade do tema do fogo nos processos educativos, apesar de sua relevância socioambiental.

Já o texto **“Por uma Paideia para o Antropoceno – Reflexões sobre Educação Ambiental”** propõe uma reflexão crítica sobre qual modelo de educação é capaz de responder aos desafios da crise ambiental contemporânea. Ao longo do texto, Gabriel Guedes Rossatti problematiza o conceito de Antropoceno e seus desdobramentos para o campo educacional. O autor dialoga com diferentes referenciais teóricos da Educação Ambiental para pensar caminhos formativos que levem a sério a gravidade do contexto socioambiental atual. A educação é apresentada como prática central na redefinição das

relações entre humanidade e natureza. O estudo defende a construção de uma Paideia orientada pela responsabilidade ética diante da crise ambiental global.

A análise do Projeto Político-Pedagógico de uma escola pública municipal orienta o estudo desenvolvido por Milena Soraya Santos Lins e Ana Lucia Gomes Cavalcanti Neto. Em **“Educação Ambiental Crítica nos anos finais do Ensino Fundamental: o que aponta o Projeto Político Pedagógico de uma escola de Carpina-PE”**, as autoras investigam como a Educação Ambiental está incorporada ao PPP da instituição. A pesquisa baseia-se na análise documental da proposta pedagógica da escola, situada na Mata Norte pernambucana. Os resultados evidenciam desafios como a fragmentação das problemáticas ambientais, a realização de ações pontuais e a pouca articulação entre educadores e comunidade. O estudo aponta que a ausência de criticidade limita o potencial formativo dos estudantes. Conclui-se pela necessidade de uma Educação Ambiental Crítica integrada, sistemática e contínua no contexto escolar.

“Ludicidade e Educação Ambiental: relatos de experiências formativas em ação extensionista” apresenta um relato de experiência sobre uma ação extensionista desenvolvida em formato remoto, no contexto de um curso de verão realizado no Sul de Minas Gerais. O texto, elaborado por Sandra de Souza Alves Miranda, Mônica Fernandes Rodrigues Duhart e Ana Carolina Sabino dos Santos, discute a Educação Ambiental como prática pedagógica emancipatória, articulada ao uso do lúdico. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, descreve atividades realizadas via Google Meet e YouTube. A iniciativa culminou em um concurso nacional, envolvendo educadores de diferentes estados brasileiros. Os resultados indicam impactos positivos na prática docente e reforçam o potencial do lúdico para uma Educação Ambiental crítica e transformadora.

O estudo desenvolvido por Valdelson Alves Damascena, Francimara Souza da Costa e Cloves Farias Pereira investiga a presença da Educação Ambiental em uma escola rural ribeirinha do município de Maués, no Amazonas. Em **“Educação ambiental em escola ribeirinha e suas relações com as vivências da comunidade rural (Maués – Amazonas)”**, a análise considera as práticas escolares em diálogo com as experiências da comunidade local, especialmente ligadas à agricultura e ao modo de vida rural. A pesquisa baseia-se em oficinas com estudantes e formulários aplicados a professores e lideranças comunitárias. Os resultados indicam que, mesmo sem domínio do conceito científico de Educação Ambiental, a comunidade reconhece sua

importância e desenvolve práticas significativas. O estudo evidencia o valor das aprendizagens empíricas, ao mesmo tempo em que aponta limitações estruturais e formativas que dificultam o fortalecimento da EA na escola.

Ao refletir sobre a importância da Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Julian Islan Martins Rodrigues e Dyana Joy dos Santos Fonseca analisam práticas pedagógicas voltadas ao ensino de solos e botânica em escolas públicas do Pará. No artigo **“Práticas do Ensino de Solos e Botânica no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: contribuições para a Política de Educação para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima em Escolas Públicas do Pará”**, os autores realizam um estudo qualitativo indireto, baseado em revisão documental e bibliográfica. A pesquisa apresenta um Estado da Arte (2019–2025) sobre propostas de ensino-aprendizagem dessas temáticas. Os resultados indicam que tais práticas favorecem a articulação entre teoria e prática. O estudo aponta seu potencial para auxiliar professores na implementação da Política de Educação Ambiental de forma dinâmica e contextualizada.

No artigo **“Mudanças climáticas, saúde e fatores associados à preocupação com as mudanças climáticas em adolescentes: uma revisão híbrida”**, é apresentada uma análise dos efeitos das mudanças climáticas sobre a saúde, com foco na preocupação climática entre adolescentes em idade escolar. O estudo, desenvolvido por Suzana Oliveira Santos, Michael Pereira da Silva e Leandro Quadro Corrêa, baseia-se em uma revisão híbrida de pesquisas selecionadas em bases nacionais e internacionais. Foram analisados trabalhos que abordam tanto impactos diretos na saúde quanto fatores associados à preocupação climática, como gênero, condição socioeconômica e localização geográfica. Os resultados indicam maior vulnerabilidade à ecoansiedade e a sintomas depressivos entre adolescentes expostos a eventos climáticos extremos. O artigo destaca a necessidade de políticas públicas e intervenções voltadas à saúde mental e à resiliência juvenil diante da crise climática.

Partindo da necessidade de formar profissionais capazes de enfrentar a crise socioambiental, Rachel Andriollo Trovarelli e Marcos Sorrentino analisam processos formativos no campo da Educação Ambiental. No artigo **“Contribuições do mergulho eu-mundo na formação de profissionais no campo socioambiental”**, o mergulho eu-mundo é compreendido como uma prática pedagógica dialógica e intencional. A pesquisa adota abordagem qualitativa, utilizando análise documental, observação

participante, questionários e grupo focal. Os resultados indicam que essa vivência formativa fortalece vínculos, reconhece utopias e amplia o compromisso com o bem comum. O estudo evidencia o potencial dessa prática na formação de profissionais engajados na transição para sociedades sustentáveis.

No artigo **“Conexões ecofeministas entre arte contemporânea, natureza e maternidades”**, Marina Calixto-Cunha, Ana Clara Fróis e Daniela Franco Carvalho articulam arte contemporânea, ecofeminismo e Educação Ambiental a partir de experiências estéticas com obras de artistas brasileiras. As reflexões são construídas com base em narrativas originadas do contato sensível com as obras e aprofundadas teoricamente. O texto problematiza o essencialismo que vincula mulheres à natureza e critica as estruturas patriarcais que sustentam desigualdades e violências socioambientais. A arte é apresentada como espaço de resistência, capaz de questionar ideais normativos de maternidade. O estudo propõe uma Educação Ambiental política e sensível, fundada nos afetos, no cuidado e em saberes plurais.

Tatiane Carijio Zucchetti e Vânia Alves Martins Chaigar apresentam, em **“Rastros de resistências: caminhos para uma educação antiespecista”**, um estado do conhecimento sobre produções acadêmicas que abordam a educação antiespecista no campo da Educação e da Educação Ambiental. O estudo analisa pesquisas realizadas entre 2018 e 2024, buscando compreender os caminhos emergentes desse debate. Os resultados indicam que, embora ainda existam lacunas teóricas, o antiespecismo vem se consolidando como tema relevante. A proposta educativa defendida assume caráter ético, sensível e político. O texto aponta para a construção de uma educação transformadora, comprometida com a coexistência interespecies e com a crítica ao antropocentrismo.

Em tempos de aprofundamento das crises socioambientais e de intensificação das disputas em torno dos sentidos da educação, torna-se cada vez mais urgente fortalecer espaços de reflexão crítica e produção coletiva de conhecimento. Por isso, desejamos que esta breve síntese das pesquisas que compõem essa edição seja um convite à leitura dos textos em sua totalidade.

Aqui estão reunidos textos que não apenas analisam a realidade, mas se comprometem com a transformação das condições que produzem as desigualdades e a degradação da vida. Ao longo dos artigos, você encontrará diferentes leituras,

experiências e provocações que tensionam certezas, ampliam horizontes e reafirmam a educação como prática política e ética.

Convidamos, assim, à leitura atenta dos artigos que compõem esta edição, entendendo-a como um percurso de diálogo, inquietação e aprendizado coletivo. Que os textos aqui reunidos possam inspirar novas perguntas, fortalecer práticas educativas comprometidas com a justiça socioambiental e contribuir para a construção de caminhos críticos e emancipatórios no campo da Educação Ambiental.